

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO/2012
Mensagem da Diretoria

O ano de 2012 se iniciou com perspectivas pouco positivas para o comércio internacional brasileiro. A economia mundial continuou sofrendo os desdobramentos da crise financeira global, com impactos sobre os volumes de importação e exportação, o que afetou diretamente o desempenho dos portos públicos e privados nacionais.

Esse cenário, somado às restrições operacionais advindas das obras de melhorias na infraestrutura do Porto de Vitória, representou um desafio para o desempenho da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA). Mas mesmo diante das adversidades, encerramos o exercício com importantes realizações.

A movimentação de cargas no Porto de Vitória totalizou 6,80 milhões de toneladas em 2012, redução de 14,96% em comparação com o ano anterior. Considerando apenas os berços administrados pela CODESA, a queda na movimentação de cargas foi menor: 10,38%.

O desempenho no âmbito operacional repercutiu no plano econômico, provocando um decréscimo de 6,16% na Receita Bruta da Companhia, que totalizou R\$ 108,88 milhões. Em contrapartida, conseguimos reduzir as Despesas Administrativas em 17,74%.

Seguimos trabalhando no saneamento do balanço patrimonial e, como resultado, registramos significativa redução nas Despesas com Provisões (99,99%) frente ao ano de 2011.

O Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA), indicador que aponta a capacidade da Empresa de gerar caixa e honrar com as obrigações de curto prazo, manteve-se em níveis elevados em 2012, totalizando R\$ 16,19 milhões. Isso refletiu no crescimento de 23,62% do saldo de bancos e aplicações financeiras, totalizando R\$ 44,89 milhões, excluídos os recursos financeiros disponibilizados pela União para investimentos em infraestrutura portuária.

Alcançamos um resultado favorável, no que se refere ao nosso desempenho econômico-financeiro, em 2012, com o registro de um Lucro Líquido de R\$ 8,75 milhões em 2012, revertendo o prejuízo apresentado no exercício de 2011.

Executamos R\$ 95,25 milhões em investimentos, dentre os quais cabe destacar a obra de contenção e ampliação do Cais Comercial, iniciada em 2011, e os estudos de localização do Porto de Águas Profundas. Também em 2012, iniciamos as obras de dragagem e derrocagem para o aprofundamento do canal de acesso. Tais projetos contribuirão para a melhoria da infraestrutura portuária capixaba e, como consequência, para o aumento da capacidade de movimentação de cargas no Espírito Santo.

Quanto à Segurança Portuária, cumprimos com todas as exigências estabelecidas no Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code) e, com isso, nossas instalações estão aptas à certificação.

Na área Ambiental, continuamos adotando ações para garantir as bases sustentáveis dos nossos serviços e aderimos ao Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica, atuando em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo.

Também obtivemos avanços significativos nas áreas administrativas da CODESA. Ressaltamos a implantação do sistema ERP e o desenvolvimento do Plano Diretor de TI, importantes ferramentas para a gestão da informação organizacional. Implantamos projetos relevantes para o aprimoramento da nossa comunicação com a sociedade, o Plano de Comunicação Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Além disso, investimos nas áreas de Recursos Humanos e de Saúde e Segurança, com a realização de cursos, treinamentos e palestras sobre temas afins para nossos colaboradores.

Assim, submetemos aos acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis, na certeza de estarmos cumprindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Portos (SEP) e promovendo ambiente portuário harmônico, visando o apoio logístico ao comércio marítimo e desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo e do Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA
1. Desempenho Econômico-financeiro

No exercício de 2012, o desempenho econômico-financeiro da CODESA apresentou uma significativa melhora frente ao ano de 2011. O resultado líquido da Companhia somou R\$ 8,75 milhões, revertendo o resultado negativo do exercício anterior, mesmo com a influência da redução da quantidade de carga movimentada no Porto de Vitória e nos Terminais Privativos. As rubricas diretamente ligadas a movimentação de cargas, tais como receita e o EBITDA, apresentaram queda em 2012 quando comparado a 2011.

A receita bruta da Companhia totalizou R\$ 108,88 milhões em 2012, valor 6,16% menor que o verificado a do ano anterior. As receitas líquidas por sua vez somaram R\$ 98,06 milhões no exercício de 2012, valor 3,58% inferior ao ano de 2011.

Os custos dos serviços prestados apresentaram um crescimento de 51,70% em 2012 e somaram 40,90 milhões. A elevação dos custos da companhia

deveu-se ao incremento da implantação do novo plano de contas da Companhia, que passou alocar determinados gastos como custos. A nova metodologia de contabilização dos custos permitirá uma visualização mais transparente da formação dos custos da CODESA.

Pode-se citar também como causa do aumento dos custos o acréscimo dos gastos manutenção dos ativos da Companhia e dos gastos de depreciação, este último da ordem de 15,08%. Os vultosos investimentos realizados pela CODESA nos últimos anos influenciaram o ativo imobilizado, base para o cálculo da depreciação. Esta rubrica continuará a crescer devido à continuidade dos investimentos realizados pela Companhia.

Com o aumento dos custos dos serviços prestados e a redução das receitas, o resultado operacional bruto registrou um decréscimo de 23,52% e totalizou 57,16 milhões em 2012.

O EBITDA, que indica a capacidade da CODESA em gerar caixa, totalizou R\$ 16,19 milhões em 2012. Seu resultado demonstra que a Companhia tem condições de honrar os compromissos de curto prazo e acumular reservas financeiras, entretanto, esse valor reduziu em 31,47% quando comparado ao registrado em 2011. O saldo de bancos e aplicações financeiras registrou um crescimento de 23,62%, totalizando R\$ 44,89 milhões em 31 de Dezembro de 2012, excluindo os recursos financeiros disponibilizados pela União para investimentos em infraestrutura portuária.

As despesas administrativas somaram R\$ 47,37 milhões em 2012, redução de 17,74% frente ao exercício de 2011. Essa redução deve-se a principalmente a nova alocação dos gastos da Companhia. O valor das provisões totalizou R\$ 2,99 mil, queda de 99,99% quando comparado ao exercício de 2011, o que indica melhoria na gestão dos passivos da Companhia.

Em 2012, a CODESA registrou lucro líquido de R\$ 8,75 milhões, revertendo o prejuízo registrado no exercício anterior. O quadro seguinte apresenta a evolução do desempenho econômico-financeiro da CODESA ao longo dos últimos cinco anos.

Demonstrações de Resultado da CODESA (2008-2012)

	2008	2009	2010	2011	2012	Var.(%) 2008 a 2012	Var.(%) 2011 a 2012
Receita Bruta	80.030.091	70.166.342	86.196.381	116.028.180	108.881.790	36,05%	-6,16%
(-) Deduções	(9.659.223)	(7.798.646)	(11.099.878)	(14.326.020)	(10.819.210)	12,01%	-24,48%
Receita Líquida	70.370.868	62.367.696	75.096.503	101.702.160	98.062.581	39,35%	-3,58%
(-) C.P.V.	(20.594.243)	(23.026.036)	(25.386.380)	(26.963.109)	(40.901.694)	98,61%	51,70%
Resultado Op. Bruto	49.776.625	39.341.660	49.710.123	74.739.051	57.160.886	14,83%	-23,52%
(-) Desp. Administr.	(32.811.023)	(38.577.187)	(44.187.445)	(57.590.156)	(47.371.617)	44,38%	-17,74%
(-) Desp. Tributárias	(268.614)	(5.574.399)	(1.142.369)	(753.106)	(949.017)	253,30%	26,01%
(+/-)Rec. Fin. Líquidas	(1.409.454)	899.122	223.501	2.317.940	5.496.919	-490,00%	137,15%
(-)Desp.c/Prov.Oper.	(3.257.645)	(11.985.907)	-	(58.587.801)	(2.995)	-99,91%	-99,99%
(+/-)Outr.Rec./Des.Op.	236.024	344.298	2.706.869	23.616.915	5.125.544	2071,62%	-78,30%
Resultado Operacional	12.265.913	(15.552.413)	7.310.680	(16.257.157)	19.459.721	58,65%	-219,70%
(+/-) Var.Mon. At./Pas.	(2.506.357)	(15.612.761)	(4.330.676)	(4.803.097)	(6.763.019)	169,83%	40,81%
(+/-)Rec./Des. Não Op.	-	544.949	(24.264)	-	-	-	-
Lucro Líq. antes IR/CS	9.759.556	(30.620.225)	2.955.739	(21.060.254)	12.696.702	30,10%	-160,29%
(-)Imp.de Renda e CSLL	-	-	-	(3.759.038)	(3.943.762)	-	-
Lucro ou Prejuízo	9.759.556	(30.620.225)	2.955.739	(24.819.292)	8.752.941	-10,31%	-135,27%
EBITDA	17.575.103	5.018.930	12.032.566	23.635.013	16.196.593	-7,84%	-31,47%

Fonte: Coordenação Contábil

2. Evolução da Movimentação de Cargas

O Complexo Portuário do Espírito Santo, assim como no ano de 2011, se destacou por possuir o maior volume de exportações e importações no Brasil em 2012. O somatório da carga bruta movimentada durante todo o ano foi 167,06 milhões de toneladas, o que representou um acréscimo de 3,67% em relação ao ano anterior e deu ao Espírito Santo a parcela de 18,48% de toda a movimentação de mercadorias no país.

Em 2012, o Porto de Vitória, movimentou 6,80 milhões de toneladas de mercadorias diversas, decréscimo de 14,96% frente ao ano de 2011. Desse total, 3,16 milhões foram movimentadas pelos terminais administrados pela CODESA e 3,14 milhões pelos terminais arrendados e CPVV. Contudo, o crescimento na movimentação de graneis líquidos foi de 116,68% em relação a 2011, o maior valor registrado no Porto de Vitória nos últimos dez anos. Dois fatores foram decisivos para essa queda: desaceleração do comércio internacional entre os principais parceiros comerciais brasileiros e a redução da disponibilidade de berços em função das obras de dragagem e derrocagem e de contenção e ampliação do Cais Comercial do Porto, executadas ao longo do ano.

Considerando-se também a movimentação de cargas nos terminais privativos de Praia Mole e Barra do Riacho, verifica-se, entretanto, uma melhoria no desempenho de 2,56% em relação a 2011.

A evolução da movimentação de cargas no Porto de Vitória e nos Terminais Privativos é apresentada no quadro a seguir.

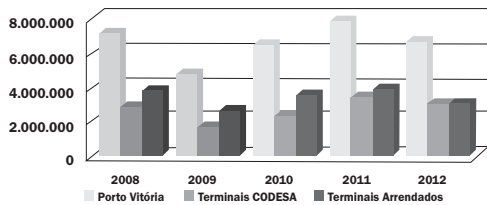
Demonstrativo Operacional - Movimentação de Cargas (t)

Terminal/Cais	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2008-2012	Variação (%) 2011-2012
Porto Vitória	7.203.877	4.831.428	6.541.646	7.998.175	6.801.459	-5,59%	-14,96%
Terminais CODESA	2.931.692	1.714.582	2.403.294	3.532.834	3.166.031	7,99%	-10,38%
Cais Comercial	702.422	348.866	446.170	708.007	361.462	-48,54%	-48,95%
Cais Capuaba	1.386.048	1.250.086	1.948.018	2.510.693	2.796.929	101,79%	11,40%
Cais Paul-Gusa	843.222	115.630	9.106	314.135	7.640	-99,09%	-97,57%
Term. Arrend./CPVV	4.272.185	3.116.846	4.138.352	4.465.340	3.142.757	-26,44%	-29,62%
Terminal Vila Velha-TVV	3.258.885	2.436.420	2.910.128	3.090.648	2.772.586	-14,92%	-10,29%
Terminal Peú	512.453	172.296	686.982	850.949	328.034	-35,99%	-61,45%
Term. I.Princ.-Flexibras	84.672	68.270	52.215	63.748	42.136	-50,24%	-33,90%
Cia.Port.V.Velha-CPVV*	416.175	439.861	489.027	459.996	492.670	18,38%	7,10%
Terminais Privativos	28.384.118	23.969.789	26.670.881	24.637.409	26.670.881	-6,04%	8,25%
Praia Mole	20.505.163	15.511.868	18.182.822	15.881.132	18.182.822	-11,33%	14,49%
Barra do Riacho	7.878.955	8.457.921	8.488.059	8.756.276	8.488.059	7,73%	-3,06%
Barra Riacho-Portocel	5.339.355	5.894.350	5.765.508	5.870.424	5.765.508	7,98%	-1,79%
Barra Riacho-Barcaças	2.539.600	2.563.572	2.722.551	2.885.853	2.722.551	7,20%	-5,66%
Total Geral	35.587.994	28.801.217	33.212.527	32.635.583	33.472.340	-5,94%	2,56%
Tot. Contêineres (em TEU's)	271.047	203.974	243.792	280.262	268.934	-0,78%	-4,04%

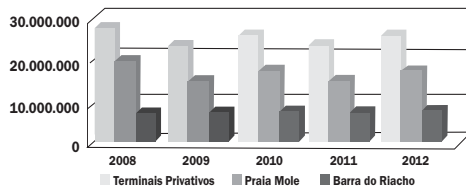
* Terminal Privativo dentro da área do Porto Organizado

Fonte: Codesa Online

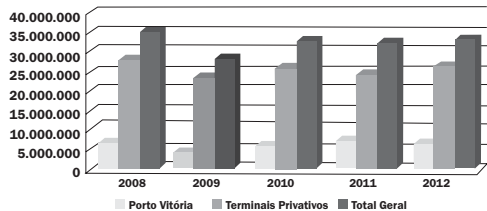
Evolução Movimentação de Carga (t) - Porto de Vitória



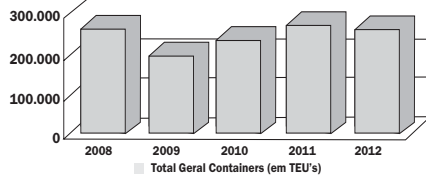
Evolução Movimentação de Carga (t) - Terminais Privativos



Evolução Movimentação de Carga (t) - Total Geral



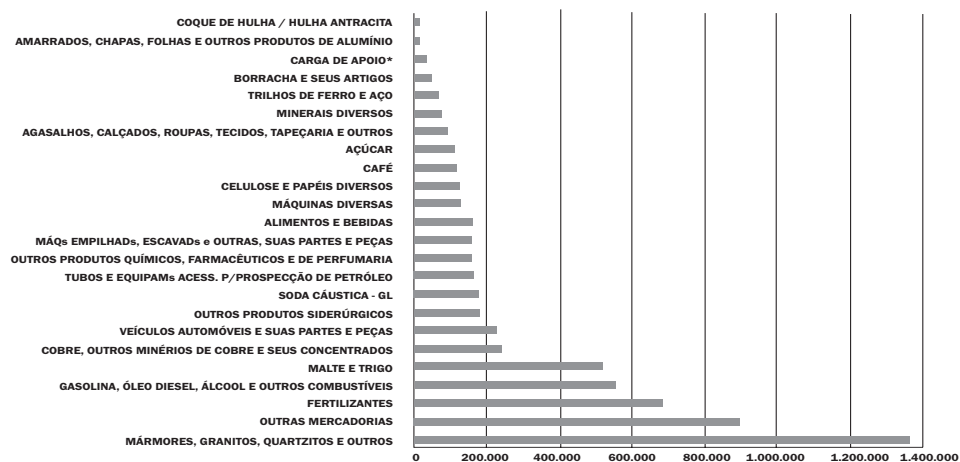
Evolução Movimentação de Containers - (TEU's) - Total Geral



Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento

Avaliando-se o histórico dos últimos cinco anos, verifica-se uma redução de 5,94% na movimentação de cargas no Porto de Vitória e nos terminais de Praia Mole e Barra do Riacho. Nesse período, os terminais arrendados e privativos tiveram desempenho de -26,44% e -6,04%, respectivamente, enquanto os terminais da CODESA apresentaram crescimento de 7,99%.

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE VITÓRIA - 2012 (t)



* Carga de apoio a plataforma, peças (suporte), caixas e acessórios diversos

Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento

Dentre as principais cargas movimentadas no Porto de Vitória em 2012, destacam-se mármore e granitos, fertilizantes, gasolina, óleo diesel, álcool e outros combustíveis e malte e trigo.

3. Desempenho Operacional

Em 2012, foram registradas 3886 atracações no Porto de Vitória, aumento de 2,51% em relação a 2011. Os Terminais Privativos, por sua vez, tiveram uma redução em comparação com o exercício anterior de 0,36%. Ressalta-se que o aumento no número de atracações no Porto de Vitória se deu, em parte, pelo grande volume de embarcações de apoio às plataformas de petróleo offshore, que totalizaram 2801 atracações, crescimento de 17,69% em relação ao ano passado.

Porém, mesmo com maior número de atracações, observou-se queda na taxa média de atracação em 63% dos berços. A menor ocupação, no entanto, não representou maior disponibilidade para o uso da infraestrutura, que sofreu restrições operacionais devido às obras em andamento, causando aumento no tempo médio de espera dos navios.

Os quadros seguintes apresentam a evolução dos principais indicadores operacionais do Porto de Vitória e dos Terminais Privativos

Demonstrativo Operacional - Nº Atracações							
Terminal	2008	2009	2010*	2011	2012	Var.(%) 2008 - 2012	Var.(%) 2011 - 2012
Porto Vitória	3.501	3.779	3.932	3.791	3.886	11,00%	2,51%
Terminais CODESA	795	985	1.111	1.075	956	20,25%	-11,07%
Terminais Arrendados/CPVV	2.706	2.794	2.821	2.716	2.930	8,28%	7,88%
Terminais Privativos	1.393	1.321	1.378	1.373	1.424	2,23%	-0,36%
Praia Mole	618	512	561	533	575	-6,96%	-4,99%
Barra do Riacho	775	809	817	840	849	9,55%	2,82%
Total Geral	4.894	5.100	5.310	5.164	5.310	8,50%	-2,75%

Fonte: Relatório de Administração 2010* e Codesa Online

Demonstrativo Operacional - Tempo Médio de Espera de Navios (h)							
Terminal	2008	2009	2010	2011	2012	Var.(%) 2008 - 2012	Var.(%) 2011 - 2012
Porto Vitória	14,57	148,08	10,42	14,12	23,84	63,62%	68,84%
Terminais CODESA	20,11	7,88	20,66	46,72	63,22	214,42%	35,31%
Terminal Paul-Gusa	20,66	2,02	2,45	17,88	39,72	92,27%	122,16%
Terminal São Torquato	1,04	94,75	4,87	9,52	-	-	-
Terminais Arrendados/CPVV	13,66	14,07	16,01	17,52	20,85	52,67%	18,99%
Terminal Vila Velha - TVV	25,12	14,64	31,98	23,20	15,15	-39,70%	-34,70%
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás	6,06	7,31	9,01	8,52	6,76	-11,51%	-20,67%
Cia. Portuária de Vila Velha - CPVV	58,15	43,43	16,89	78,68	34,04	-41,46%	-56,74%
Terminais Privativos	99,35	14,23	5,54	1,93	2,36	-97,62%	22,22%
Praia Mole	5,55	90,66	6,19	15,74	11,65	109,76%	-25,98%
Barra do Riacho	-	-	-	3,79	-	-	-
Term. Bento Ferreira (Zemax)*	-	-	-	-	-	-	-

*Início operação em 2011

Fonte: Codesa Online

Demonstrativo Operacional - Taxa Média de Ocupação Berço

Berço	2011	2012	Variação 2011-2012
Porto Vitória			
Terminais CODESA			
Capuaba			
Capuaba 201	84,18%	79,34%	-5,75%
Capuaba 202	87,27%	76,99%	-11,78%
Capuaba 207	35,70%	46,29%	29,66%
Terminal Paul			
Paul 905	25,87%	29,64%	14,57%
Terminal São Torquato			
São Torquato 902	7,00%	-	-
Vitória			
Cais Comercial 101*	73,35%	1,97%	-97,31%
Cais Comercial 102*	89,60%	46,70%	-47,88%
Cais Comercial 103	83,04%	89,76%	8,09%
Cais Comercial 104**	-	-	-
Terminais Arrendados			
Term. Ilha do Príncipe-Flexibrás			
Flexibrás 906	72,48%	57,34%	-20,89%
Terminal Peiú			
Peiú 206	73,06%	90,97%	24,51%
Terminal TVV			
TVV 203	52,00%	39,80%	-23,46%
TVV 204	64,11%	60,00%	-6,41%

*Dados originários do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) da ANTAQ.

**Berço disponibilizado para apoio a operações diversas.

Fontes: Relatório Administração 2010 e CODESA Online.

Elaboração: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento.

4. Investimentos

Em 2012, R\$ 95,25 milhões foram executados em investimentos, variação de 431,22% frente ao montante de 2011. Desse total, R\$ 854,28 mil se referem a recursos próprios e R\$ 94,40 milhões a aporte de recursos da União. Destacam-se como principais investimentos os projetos e obras de infraestrutura do Porto de Vitória e as aquisições de itens de Tecnologia da Informação.

Abaixo, detalhamento da execução dos investimentos:

Investimentos - Execução Orçamentária			
Rubricas	Valores Executados [em R\$]		
	2011	2012	Var.2011-2012
2 - INVESTIMENTOS	17.931.054	95.253.548	431,22%
2.1 - RECURSOS PRÓPRIOS	857.671	852.289	-0,63%
Man.e Adeq. de Ativ. de Inf. e Telepr.	292.165	811.805	177,86%
Manutenção e Adeq. de Bens Imóveis	481.018	-	-
Man. e Adeq. Bens Móv., Veíc., Máq. e Eq.	84.488	40.484	-52,08%
2.2 - RECURSOS DA UNIÃO	17.073.383	94.401.259	452,91%
Adeq. Instal. Gerais e de Suprim. P. Vitória	1.526.961	1.404.360	-8,03%
Obras Cont. e Ampl. Cais Porto de Vitória	12.568.723	92.011.830	632,07%
Est. e Proj. p/ Infraestrutura Portuária	-	509.728	-
Est. e Proj. p/ Rac. das Oper. Port. M. Amb.	1.248.578	-	-
Ampl. e Recup. das Instal. Porto Vitória	1.687.129	-	-
Est. e Proj. p/ Impl. do Porto Ág. Profundas	41.992	475.341	1.031,98%

Fonte: Relatório Gerencial Conselho de Administração

Elaboração: Coordenação de Finanças e Orçamento

4.1 Tecnologia da Informação

Importantes projetos visando à melhoria contínua da gestão da informação na CODESA foram concluídos. Foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com o objetivo de consolidar o planejamento de TI e alinhá-lo aos objetivos estratégicos da Companhia.

Outra realização nessa área foi o processo de Co-Location em Datacenter externo, que por meio da alocação de hardware, ativos de rede e sistemas críticos em ambiente externo de alta disponibilidade, tem como objetivo garantir o funcionamento ininterrupto de todo o ambiente computacional. É importante destacar também a implantação do sistema de Enterprise Resource Planning (ERP), que integra dados de diferentes setores da Companhia, garantindo agilidade e consistência no fornecimento das informações.

4.2 Infraestrutura Portuária

4.2.1. Implantação do projeto da nova sinalização náutica
O canal de acesso ao Porto de Vitória ganhou nova sinalização náutica em 2012. O sistema de sinalização é um conjunto de sinais de auxílio à navegação (faroletes, sinais de alinhamento, boias luminosas, etc.) que tem como função demarcar os limites do canal navegável e áreas de manobra e indicar águas seguras, garantindo a integridade das embarcações que utilizam as instalações do Porto.

4.2.2. Melhorias estruturais nos Cais Comercial
Ao longo do ano, foi dada continuidade à obra de ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória, cuja conclusão está prevista para 2013. O projeto, que prevê a extensão da faixa do cais de 356m para 456m e o aumento do calado máximo permitido de 7,7m para 12,5m, permitirá a atracação de navios tipo Panamax.

Além disso, foi contratada empresa para elaboração do Projeto Básico da Revitalização do Cais Comercial de Vitória, o que inclui a retirada dos próprios existentes e a ampliação do pátio de estocagem e manuseio de cargas, de 26.000 m² para 40.000 m², visando adequar a infraestrutura ao aumento de capacidade de movimentação de cargas advinda das melhorias na infraestrutura.

4.2.3. Melhorias estruturais em Capuaba/Paul Gusa
Foi iniciada a execução da reforma da plataforma operacional dos berços 201 e 202, das vias de acesso interno à retroárea e infraestrutura para pátios e porto, no Cais de Capuaba. As melhorias, além de necessárias para cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta Ambiental do Porto de Vitória, beneficiam os usuários do Porto no que se refere à segurança nas operações, possibilitando ganhos de produtividade nas operações. Foram concluídos os serviços de instalação de 04 (quatro) torres de iluminação no pátio dos berços 201 e 202 e de instalação de geradores de emergência para o Cais de Paul Gusa e Capuaba. Visando ainda melhorias operacionais, foi contratada empresa para elaboração de projetos de construção de pátios de estocagem na área conhecida como laje do armazém frigorífico.

Ademais, a CODESA firmou convênio com a Login para elaboração do projeto básico de **duplicação da estrada de acesso à Capuaba**, o que possibilitará o aumento do tráfego na região e **facilitará o acesso aos terminais portuários**.

5. Recursos Humanos

No que se refere aos projetos e ações voltados para o quadro de pessoal, a CODESA seguiu investimento na **capacitação de seus funcionários**, por meio do cumprimento de um programa para atualização profissional, que abrange cursos e eventos externos e na modalidade *in company*.

Também nessa área, merecem destaque a obtenção do **registro definitivo do Plano de Saúde** da Companhia junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e a implantação do **sistema de gestão** do referido plano, **melhorias no benefício** que trazem ganhos de qualidade e agilidade aos usuários.

6. Meio Ambiente, Saúde e Segurança

Destaca-se a adesão ao **Programa Nacional de Apoio à Regularização Ambiental Portuária**, instituído pela SEP e Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de inserir a **gestão ambiental** na operação portuária, minimizando os impactos da atividade.

Entre as ações voltadas para a área ambiental, cabe ressaltar a adesão da Companhia ao **Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica**, elaborado pela Secretaria Especial de Portos e executado pelo Instituto Virtual Internacional de Mudanças Climáticas (IVIG/COPPE/UFRJ) em parceria com universidades nacionais, incluindo a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Esse Programa compreende um conjunto de ações para a promoção da conformidade dos portos às exigências ambientais e de vigilância sanitária, bem como para alinhar os serviços às **melhores práticas internacionais** que promovam **ganhos de produtividade e qualidade do meio ambiente**.

Em relação à **Saúde e Segurança** dos trabalhadores, a Companhia realizou **treinamentos sobre os riscos** provocados por eventos adversos, com a execução de exercício simulado para evacuação de áreas, em atendimento às diretrizes do Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code, em inglês) e do **Plano de Segurança do Porto de Vitória**.

7. Arrendamentos

A CODESA realizou **Audiência Pública** para a apresentação da minuta de Termo de Referência para o arrendamento do **Terminal de Granéis Líquidos de Atalaia**, no Porto de Vitória, com apresentação do estudo de viabilidade do empreendimento, fase preliminar ao processo licitatório. O contrato de arrendamento terá um prazo máximo de 25 anos.

8. Imagem corporativa e relacionamento com mercado

Em 2012, foi iniciada a implementação do **Plano de Comunicação Social** da CODESA, um conjunto de ações que visa **coordenar e integrar a comunicação** aos diferentes *stakeholders*, além de atender a uma condicionante prevista no Termo de Ajuste de Conduta expedido pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Também no que diz respeito ao acesso à informação, a CODESA criou o **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**, para atendimento às solicitações da sociedade em geral, de acordo com o que preconiza a **Lei de Acesso à Informação (LAI)**. A LAI estabelece que órgãos e entidades públicas devam **divulgar informações de interesse público** nas formas das transparências ativa e passiva, com exceção daquelas cuja confidencialidade esteja prevista na legislação. Por meio do SIC, foram respondidos 23 pedidos, sendo cerca de 80% por email, recurso adotado com o objetivo de agilizar o processo.

Em localização estratégica no Cais Comercial, foi instalado o **painel eletrônico** para divulgação de informações sobre o Porto de Vitória. Por meio do dispositivo, são exibidas informações referentes à operação portuária, andamento dos investimentos, entre outros, diariamente, entre 6h e 24h.

Com o objetivo de atrair novos negócios, a CODESA promoveu o **Seminário Espírito Santo: A Plataforma Logística de Minas Gerais**, em Belo Horizonte. No evento, foi realizada a apresentação dos projetos de modernização do Porto de Vitória a empresários do setor de logística, importação e exportação de Minas Gerais, importante mercado do Porto de Vitória, com a participação do Governo do Espírito Santo, Governo de Minas Gerais, e apoio da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

Foram executadas diversas ações de marketing com o objetivo de ampliar o relacionamento com outros portos e ampliar mercados. Em termos de acordos de Cooperação, a Companhia **renovou seu contato com o Porto de Barcelona**, buscando a consolidação dos termos do convênio firmado entre os dois Portos. Além disso, a CODESA esteve presente como expositora, em conjunto com o Governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e Prefeituras da Grande Vitória no **14º Salão Internacional de Logística e da Manutenção (SIL)**, em Barcelona, uma das mais importantes feiras de infraestrutura logística do mundo.

9. Fatos relevantes

9.1 Porto de Águas Profundas

O **estudo preliminar de localização** do Porto de Águas Profundas foi concluído, com a análise socioeconômica de quatro alternativas, caracterizando-as e realizando as projeções de necessidades para a implantação e desenvolvimento do complexo portuário.

O resultado a ser apresentado, que é a classificação das localidades por prioridade de preferência, terá como fundamento as facilidades e implicações técnicas e econômicas para a implantação do novo porto e contemplará também o estudo de viabilidade técnico-econômica e socioambiental da localização escolhida.

9.2 Terminal de Gás Natural Liquefeito

Foi assinado o **protocolo de intenções** para a construção do Terminal de Gás Natural Liquefeito (TGNL) em **Barra do Riacho**, município de Aracruz. A previsão é de que o terminal de GNL seja implantado numa área da CODESA, ao lado do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho (TABR), para a embarcação do gás liquefeito de petróleo (GLP) processado na Unidade de Tratamento de Cacimbas, em Linhares.

9.3 Construção de cais contínuo nos dolphins do Atalaia

A CODESA iniciou a licitação para construção de cais contínuo em substituição aos dolphins do Atalaia. As instalações atuais, que operam duas cargas, álcool e soda cáustica, darão lugar a uma **nova estrutura** com capacidade para operar **qualquer tipo de carga**. O empreendimento tem como objetivo readequar a logística de movimentação de algumas cargas no Porto de Vitória, principalmente granéis sólidos e líquidos, açúcar e rochas ornamentais.

Essa foi a **primeira licitação na modalidade** Regime Diferenciado para Contratações Públicas (RDC) realizada entre as Companhias Docas.

9.4 Dragagem de aprofundamento

Em 2012, foram iniciados os serviços de dragagem de aprofundamento do Porto de Vitória, realizados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No contrato estão previstas a retirada de 1,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos, 115 mil metros cúbicos de derrocagem (retirada de rochas submersas) e a **manutenção por mais 2 (dois) anos** nos 7,5 km do canal.

Com a conclusão da obra, que irá aprofundar o canal da baía de evolução para -14 metros, o Porto de Vitória terá condições de receber embarcações de até 244 metros de comprimento e 12,5 metros de calado, **aumentando sua capacidade de movimentação de cargas**.

9.5 ISPS Code

Visando o atendimento das recomendações da auditoria realizada pelas Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CESPORTOS) e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), a CODESA implementou **diversas ações voltadas para segurança portuária**.

O Centro de Controle e Comunicação (CCOM) foi reformado, a fim de adaptar as instalações ao Plano de Segurança Portuária. A proteção de todo o perímetro portuário foi revisada, com a adequação dos acessos de pessoas e veículos, por meio da instalação de equipamentos para controle eletrônico e detectores de metais, complementados e monitorados por Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

Foram atendidas **todas as exigências** das normas internacionais e, com isso, o Porto de Vitória tornou-se apto a receber a **Declaração de Cumprimento** de diretrizes internacionais de segurança portuária.

9.6 Porto Sem Papel

O Porto de Vitória, **um dos pioneiros na implementação** do Porto Sem Papel (PSP), durante o ano de 2012, registrou um total de 1.340 estadias de embarcações através desse sistema. Nesse mesmo período, a Autoridade Portuária foi responsável pela análise de dados que resultaram no fornecimento de 2693 anuências.

No Espírito Santo, o **Porto de Barra do Riacho foi o segundo a aderir ao sistema**, por meio do qual passou a gerenciar as estadias das embarcações que operam no Terminal Especializado de Barra do Riacho (PORTOCEL).

Ainda no que se refere ao PSP, foi iniciada a implantação do projeto **Cadeia Logística Inteligente**, no Porto de Vitória. O programa permitirá o **monitoramento da carga** desde sua origem, viabilizando o fornecimento antecipado de informações e facilitando a programação das operações, a fim de melhorar o tráfego terrestre no acesso ao Porto.

9.7 Novo marco regulatório e os investimentos anunciados

O Governo Federal anunciou, em 2012, investimentos de **R\$ 54,2 bilhões**, até 2017, para o setor portuário. Os investimentos são parte do **Programa de Investimento em Logística**, que tem como objetivo promover a modernização da estrutura portuária, reduzir custos e atrair investimentos da iniciativa privada.

No Espírito Santo, os portos serão beneficiados com recursos para a viabilização de concessões, arrendamentos e melhorias nos acessos terrestres e marítimos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, funcionários, clientes e todos os públicos que se relacionam com o nosso negócio, pela confiança e apoio.

Vitória, 21 de março de 2013

Clovis Lascosque – Diretor Presidente
Danilo Roger Marçal Queiroz – Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
Hugo José Amboss Merçon de Lima – Diretor de Infraestrutura e Operações
Jolhiomar Massariol Nascimento* – Diretor de Administração e Finanças
Rouzenberg de Souza Lugão – Secretário dos Conselhos

Aprovado na 1463ª reunião ordinária da Diretoria Executiva – DIREXE e na 403ª do Conselho de Administração – CONSAD.

*Desligou-se em 21/12/2012.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

CNPJ: 27.316.538/0001-66

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

ATIVO	NOTA	2012	2011 Reclassificado	Passivo e patrimônio Líquido	NOTA	2012	2011 Reclassificado
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixas.....	4	1.353	1.562	Fornecedores.....	10	1.789.184	1.212.941
Bancos conta movimento.....	4	1.799.792	1.374.576	Obrigações sociais e assistenciais.....	11	4.597.235	4.218.175
Aplicações financeiras.....	4	43.088.728	34.937.365	Obrigações fiscais e trabalhistas.....	12	6.185.084	6.201.951
Bancos - SIAFI.....	4	60.017.002	99.793.514	Empréstimos e financiamentos.....	13	1.550.500	1.550.500
Clientes.....	5.1	6.307.848	6.677.784	PSP - Adiantamentos de clientes.....	14	1.119.211	2.150.538
(-) Prov.p/perdas recebimento crédito.....	5.1	(2.354.049)	(1.614.213)	Credores por depósitos caucionados.....	14	236.968	318.373
Devedores diversos.....	5.2	389.821	608.998	Depósitos contrib. e consignações a recolher.....	15	2.855.383	2.233.601
Adiantamentos a funcionários.....	5.3	1.485.663	1.798.371	Impostos s/ serviços repasse.....	16	2.007.862	1.724.380
Impostos a compensar.....	6	43.022	35.836	Arrendamentos.....	17	6.143.255	4.070.528
Impostos a recuperar.....	6	6.013.495	4.170.870	Provisões.....	18	3.811.607	22.779.789
Estoque de materiais e produtos.....		55.300	47.217	Outras obrigações.....		358.317	1.917.703
Valores a apropriar.....		722	857				
Despesas antecipadas.....	7	162.779	164.972				
Total do ativo circulante.....		117.011.476	147.997.709	Total do passivo circulante.....		30.654.606	48.378.479
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais e trabalhistas.....	12	21.757.275	23.540.067
Depósitos para recursos judiciais.....	8	28.956.974	37.398.776	Empréstimos e financiamentos.....	13	2.439.070	3.190.048
Usuários com liminar.....		142.880	142.880	Arrendamento.....	17	40.169.344	40.276.236
Devedores por taxas portuárias.....		393.558	103.082	Provisões para contingências.....	18	34.854.942	36.532.323
Adiantamentos a funcionários.....		36.262	-	Outras obrigações.....	19	2.608.037	2.357.418
Soma do realizável a longo prazo.....		29.529.674	37.644.738	Total do passivo não circulante.....		101.828.668	105.896.092
Investimento.....		116.577	114.887	Patrimônio líquido.....			
Imobilizado.....	9.1	276.960.204	181.414.278	Patrimônio social acumulado.....	20	240.055.160	164.192.676
Intangível.....	9.2	6.959.550	6.810.330	Resultados acumulados.....	22	(85.466.048)	(94.218.989)
Depreciação e amortização.....		(80.490.077)	(73.140.663)	Reservas.....	21	63.121.090	76.708.960
Diferido.....	9.3	106.072	115.939				
Total do ativo não circulante.....		233.182.000	152.959.509	Total do patrimônio líquido.....		217.710.202	146.682.647
Total do ativo.....		350.193.476	300.957.218	Total do passivo e patrimônio líquido.....		350.193.476	300.957.218

(As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2012	2011 Reclassificada
Receita operacional bruta.....	108.881.790	116.028.180
Receita da operação portuária.....	80.962.894	88.251.143
Outras receitas operacionais.....	27.918.896	27.777.037
Dedução da receita.....	10.819.210	14.326.020
Receita operacional líquida.....	98.062.580	101.702.160
Custos dos serviços prestados		
Custos da operação portuária.....	(40.901.694)	(26.963.110)
Lucro bruto.....	57.160.886	74.739.050
Despesas operacionais		
Despesas administrativas.....	(47.062.318)	(115.062.128)
Despesas tributárias.....	(949.016)	(753.106)
Despesas com depreciação e amortização.....	(312.294)	(1.115.828)
Lucro operacional antes do resultado financeiro.....	8.837.258	(42.192.012)
Despesas financeiras líquidas.....	(1.266.100)	(2.485.157)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	5.125.544	23.616.915
Lucro operac. antes do imp.de renda e contr.social..	12.696.702	(21.060.254)
Imposto de renda e contribuição social.....	(3.943.761)	(3.759.038)
Resultado líquido do exercício.....	8.752.941	(24.819.292)
Quantidade de ações do capital social integralizado...	1.745.328.191	1.745.328.191
Lucro por ação.....	0,0050	(0,0142)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	2012	2011 Reclassificada
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para conciliar o resultado		
Lucro líquido do exercício.....	8.752.941	(24.819.292)
Depreciação e amortização.....	7.359.334	7.219.319
Participação minoritária.....	5.865.272	1.760.853
(Acréscimos) Decréscimos de ativos		
Clientes.....	1.109.773	7.146.113
Estoques.....	(8.083)	(12.319)
Devedores diversos.....	6.797.271	6.381.521
Despesas de exercício seguinte.....	1.968.029	(1.857.299)
Imóveis destinados à venda (não circulante).....	(225)	(192.219)
Acréscimos (Decréscimos) de passivo		
Fornecedores.....	576.244	614.866
Obrigações trabalhistas.....	379.062	515.575
Obrigações fiscais.....	(1.516.178)	2.200.270
Obrigações diversas.....	(1.799.718)	(17.062.450)
Provisões trabalhistas e diversas.....	(20.645.563)	42.582.419
Caixa líquido proveniente das ativ.operacionais.....	8.838.159	24.477.357
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de dividendos de investim.permanentes.....	(1.690)	1.592
Recurso financeiro da União p/ investim.imobilizado.....	39.776.512	99.793.514
Aumento redução do ativo intangível.....	(149.218)	161.897
Aquisição de ativo imobilizado.....	(95.545.757)	(17.549.982)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimentos.....	(55.920.152)	82.407.021
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos bancário.....	(750.978)	(748.357)
Aumento de capital.....	56.409.342	72.996.644
Caixa líquido proveniente das ativ.de financiamento.....	55.658.364	72.248.287
Aum.(Redução) líquido (a) de caixa e equival. de caixa..	8.576.371	179.132.665

(As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

Discriminação	Capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2011	164.192.676	-	76.708.961	-	-	-	(94.218.989)	146.682.648
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	8.752.941	8.752.941
Aumento de capital	75.862.484	-	(13.587.870)	-	-	-	-	62.274.614
Saldos em 31/12/2012	240.055.160	-	63.121.090	-	-	-	(85.466.048)	217.710.202

(As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dem 31 de dezembro de 2012

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA é uma sociedade de Economia Mista Federal, vinculada a Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Tem por objeto social, em harmonia com os planos, programas e orientações da SEP, exercer as funções de Autoridade Portuária, administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo, que lhe forem incorporadas.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das suas operações.

CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES – As provisões passivas contingentes cíveis, estão em conformidade a esse pronunciamento, conforme nota explicativa 18. A Companhia faz anualmente, estudos detalhados do dimensionamento do passivo judicial em trâmite na Justiça do Trabalho e Comum Estadual, com base no relatório da empresa **Pimentel e Araujo Peritos Associados**.

CPC 33 – BENEFÍCIO A EMPREGADOS – A CODESA é patrocinadora no Plano de Benefício PORTUS 1- PBPI, conforme mencionado nas Notas 15 e 23, sendo que a dívida com plano a respeito das contribuições normais, extraordinárias e do déficit no montante de R\$ 108.890.169, em 31/12/2012, não foi reconhecida conforme estabelece este CPC, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 21 de março de 2013.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da CODESA.

3.2 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios sendo a receita de serviços prestados reconhecida no resultado em função de sua realização.

3.2.1 Reconhecimento de receita

A receita considera o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no andamento normal das operações da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e contribuições, devoluções e abatimentos. A CODESA reconhece a receita quando seu valor pode ser seguramente mensurado, sendo provável que benefícios econômicos futuros se revertirão em favor da Companhia. A CODESA reconhece em seu resultados a receita de prestação de serviços tomando como base os serviços realizados até a data do balanço.

3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração da Companhia o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos

sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas trabalhistas e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores efetivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo por aplicações no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 04).

3.5 Estoques

Compreende, basicamente, materiais de consumo avaliados ao custo médio de aquisição (média ponderada móvel), não excedente ao valor de mercado.

3.6 Seguros

A Companhia possui seguros destinados à cobertura de seus bens de valores relevantes. A Administração da Companhia considera que o montante contratado nas apólices de seguros em vigor é suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza das suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (Nota 7.1).

3.7 Provisão de férias

A provisão das férias e seus respectivos encargos estão calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

3.8 Empréstimos

O valor contábil dos empréstimos contempla os encargos financeiros e as variações monetárias incorridos e estão apropriados no resultado do exercício até a data do balanço, conforme demonstrado na Nota 13.

3.9 Despesas diferidas

Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 7).

3.10 Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro-rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

3.11 Ativo permanente

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes (Nota 9). O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são avaliadas periodicamente.

3.13 Provisões para contingências

As provisões para contingências, relacionadas a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, são reconhecidas quando a CODESA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e quando considerado provável o risco de perda de uma ação

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - (EM R\$)

judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, conforme a Nota 18. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos possíveis desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com base no parecer dos consultores jurídicos da Companhia.

3.14 Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos incidentes sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos são calculados com base na legislação tributária sendo o imposto de renda calculado à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social calculada a alíquota de 9%. A administração da Companhia avalia, periodicamente, as questões registradas nas declarações de imposto de renda e registra provisões, com base nos valores que deverão ser pagos aos entes fiscais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Contas	2012	2011
Caixa	1.353	1.562
Banco conta Movimento	1.799.792	1.374.576
Aplicações Financeiras	43.088.728	34.937.365
Subtotal	44.889.873	36.313.503
Contas SIAFI	60.017.002	99.793.514
Total	104.906.875	136.107.017

As Contas SIAFI registram valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira, disponíveis para custear os investimentos da Companhia. Referem-se aos recursos aportados pela União Federal para aplicação em investimentos no ativo imobilizado, acrescido de atualização monetária. Posteriormente, por meio de decreto, será autorizado o aumento do capital social da CODESA, com a emissão de novas ações da União. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa essa aplicação foi considerada nas atividades de investimento por estar vinculada a formação de ativos destinados ao imobilizado.

5. Contas a receber

Contas	2012	2011
Contas a receber de clientes	6.307.848	6.677.784
Prov. p/ Créd. de Liquid. Duvidosa (PCLD)	(2.354.049)	(1.614.213)
Contas a receber de clientes líquido	3.953.798	5.063.571
Devedores diversos	389.821	608.998
Adiantamento a funcionários	1.485.663	1.798.371
Total	5.829.282	7.470.940

5.1 Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber são provenientes da prestação de serviços, sendo registrados no ativo circulante. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Companhia e no histórico das perdas efetivas. A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes inadimplentes são reconhecidas como despesas no resultado do exercício.

5.2 Devedores diversos

Representa direitos de créditos de clientes diversos sustentados por acordos negociados com a CODESA.

5.3 Adiantamentos a funcionários

O saldo da conta refere-se a adiantamentos legais concedidos a empregados, tais como: adiantamento de férias, 13º salário, salário maternidade, ticket alimentação, diárias, assistência médica, dentre outros. Esses adiantamentos geram um direito de crédito junto aos empregados a ser saldado em períodos subsequentes.

6. Impostos e contribuições a compensar e a recuperar

Contas	2012	2011
Imposto de renda pes. jurídica-IRPJ a recuperar	2.413.232	860.071
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL	141.529	59.712
COFINS Lei 9.430/1996 a recuperar	35.333	29.449
Progr. form. do patrim. do serv. público - PASEP	7.689	6.386
INSS - processo Refis	3.453.677	3.251.087
COSIRF a recuperar	5.057	-
Total	6.056.517	4.206.705

Os impostos e contribuições a compensar e a recuperar referem-se a saldos remanescentes de períodos anteriores, não utilizados no momento do pagamento dos impostos, a serem compensados e/ou recuperados pela CODESA oportunamente. O valor referente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é referente ao saldo pago indevidamente, após exclusão do Refis, atualizado monetariamente e aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), para compensação do saldo.

7. Despesas antecipadas

Contas	2012	2011
Seguros de bens imóveis	144.289	92.640
Assinatura de jornais e revistas	3.330	9.109
Licença de software	15.160	-
Vale transporte	-	63.223
Total	162.779	164.972

7.1 Seguros de bens móveis e imóveis

A Companhia contratou seguro com a empresa MAPFRE BRASIL SEGUROS. A vigência da apólice compreende o período de 06/04/2012 a 06/07/2012. O valor do prêmio contratado é de R\$ 87.500 mais custos e encargos financeiros. O total do risco indenizado contratado é de R\$ 69.961.359 para danos materiais e de R\$ 1.000.000 para responsabilidade civil, totalizando o valor de R\$ 70.961.359.

a) Endosso com vigência de 06/07/2012 a 06/10/2012, nos mesmos moldes e valores acima conforme discriminação abaixo;

a. Armazéns: 01, 02, 03, 05 e 04, inclusive do NOA Alfândega e antiga GDK e o anexo entre os Armazéns 04 e 05;

b. Escritórios: terreno do prédio 03, prédios 03, 04, 05, instalações ocupadas pela COSERV, Polícia Federal e portarias localizadas na Avenida Getúlio Vargas, 556 - Centro: Valor do Risco R\$ 9.220.289,17;

c. Ilha do Príncipe: Valor do Risco: R\$ 960.920

d. Escritórios da Administração Central, Instalação da Antiga Marinha, Posto de Vigilância Agropecuária e Complexo Administrativo, Cais de Capuaba: Valor do Risco R\$ 3.939.643

e. Terminal de Cereais- Cais de Capuaba

f. Cais de Capuaba - Ilha da Flores: Valor do risco R\$ 10.358.530. Renovação do seguro com vigência de 03/12/2012 até 03/06/2013, apólice nº 32969186112, no valor de R\$ 172.000, (cento e setenta e dois mil reais).

b) Para os riscos e locais e valores individuais conforme discriminação abaixo:
a. Armazéns: 01, 02, 03, 04 e 05, inclusive instalação do OGMO, Receita Federal e GDK e o anexo entre os Armazéns 04 e 05;
Valor do Risco R\$ 5.277.147

b. Escritórios: terreno do prédio 03, prédios 03, 04, 05, instalações ocupadas pela COSERV, Polícia Federal e portarias localizadas na Avenida Getúlio Vargas, 556 - Centro: Valor do Risco R\$ 3.943.142;

c. Ilha do Príncipe: Valor do Risco: R\$ 960.920;

d. Escritórios da Administração Central, Instalação da Antiga Marinha, Posto de Vigilância Agropecuária e Complexo Administrativo, Cais de Capuaba: Valor do Risco R\$ 3.543.782;

e. Complexo administrativo: Cais de Capuaba-estrada Capuaba s/n- Ilha das Flores CEP: 29115-900- Vila Velha-ES: Valor do Risco R\$ 2.332.066;

f. Silo Vertical : Valor do risco R\$ 32.673.062;

g. Armazém Horizontal: Valor do risco R\$ 13.228.422;

h. Sistema de Transferência: Valor do risco R\$ 10.527.184

i. Terminal de Graneis Líquido TGL- São Torquato e tanques 01 a 14 e 16 a 17: Valor do risco R\$ 2.615.174;

j. Antiga instalação da FRANNEL, Tubulações, conexões, válvulas, estruturas de interligação e demais Sistemas: Valor do risco R\$ 1.041.567.

7.2 Assinatura de jornais e revistas

A CODESA assinou durante o exercício de 2012 jornais e periódicos para orientação dos colaboradores das áreas de operação e da administração com a finalidade de mantê-los atualizados em suas tarefas.

7.3 Licença e direito de uso de software

A Companhia realizou novas aquisições de softwares e direitos de uso, para modernização do seu parque tecnológico.

7.4 Vale transporte

Convênio firmado com as empresas de transporte, para o cumprimento da legislação em vigor. Cabe destacar que todas as rubricas deste grupo são amortizadas a partir da competência e a vigência do contrato com exceção do vale transporte.

8. Depósitos e bloqueios judiciais trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em bloqueios de recursos financeiros mantidos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, em razão de determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso. Parte desses valores são liberados para os reclamantes em processos trabalhistas e outra parte permanece depositada em conta judicial. A baixa dos valores liberados aos reclamantes, e em favor da CODESA é realizada mediante a emissão de alvarás pela justiça, momento em que ocorrem os registros na contabilidade. Ao saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 37.398.776, foi adicionado durante o exercício de 2012, bloqueios no montante de R\$ 12.029.360, e foi liberado aos reclamantes o montante de R\$ 137.990. Em favor da Companhia foram liberados depósitos judiciais incluindo as atualizações monetárias no montante de R\$ 7.255.899. Ainda, foi baixado dessa conta o montante de R\$ 18.199.959 (ver Nota 19) em contrapartida da conta de provisão para contingências passivas, remanescendo em 31 de dezembro de 2012 o saldo de R\$ 28.956.974.

Contas	2012	2011
Depósitos judiciais trabalhistas	14.726.543	25.980.083
Depósitos recursais	1.122.760	376.924
Depósitos judiciais - Outros	2.362.472	209.509
Repasso Justiça - Banco do Brasil	9.454.568	9.671.567
Peñú - Soc. de Propós. Específico, SPE S/A	1.205.553	1.075.613
Clínica Odontológica Primavera	7.582	7.582
Brascargo Operadora Portuária Ltda	77.496	77.496
Total	28.956.974	37.398.776

9. Imobilizado, intangível e diferido

9.1 Imobilizado

Contas	2012	2011
Imobilizado	202.703.114	114.316.990
Bens	276.960.204	181.414.278
277- Terrenos	11.056.668	11.056.669
283- Obras complementares	10.462.200	10.462.200
298- Obras civis	102.888.181	102.888.181
388- Instalações	10.258.222	9.946.680
424- Máquinas e instalações	14.824.197	14.824.197
490- Lanchas e bem Auxiliares	231.090	231.090
505- Móveis e utensílios	1.940.622	1.915.997
541- Equip. de proc. eletrônico de dados	1.800.148	1.506.356
580- Imobilizado em curso	123.498.875	28.582.908
Depreciação acumulada	(74.257.090)	(67.097.288)
277- Terrenos	-	-
283- Obras complementares	(6.682.643)	(6.280.428)
298- Obras civis	(45.698.370)	(39.825.378)
388- Instalações	(6.232.081)	(5.760.450)
424- Máquinas e instalações	(13.208.905)	(13.137.311)
490- Lanchas e bem Auxiliares	(157.373)	(146.974)
505- Móveis e utensílios	(1.282.850)	(1.192.057)
541- Equip. de proc. eletrônico de dados	(994.868)	(754.690)
580- Imobilizado em curso	-	-

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Não foram consideradas perdas de redução ao valor recuperável (impairment), conforme CPC 01 e CPC 27. A Administração da Companhia está enviando esforços no sentido de preparar o processo de licitação para contratação de empresa especializada para a avaliação do valor recuperável dos seus ativos geradores de caixa.

9.2 Intangível

Contas	2012	2011
Intangível	726.564	766.954
Bens	6.959.550	6.810.330
595- Software	1.803.760	1.654.540
598- Direito de uso de linha telefônica	2.437	2.437
601- Projetos e desenvolvimentos	82.200	82.200
6617- Rede telefônica e com. de dados	111.050	111.050
6602- Estudos e projetos	4.960.103	4.960.103
Amortização acumulada	(6.232.986)	(6.043.376)
607- Amort. Software	(1.383.950)	(1.309.630)
610- Amort. Direito de uso de linha telefônica	-	-
613- Amort. Projetos e desenvolvimentos	(3.699)	(3.699)
6602- Amort. Rede telefônica e com. de dados	(19.972)	-
6607- Amort. Estudos e projetos	(4.825.365)	(4.730.047)

9.3 Diferido

Contas	2012	2011
Diferido	106.071	115.938
Direitos	296.014	296.014
622- Treinamento profissional ISPS-CODE	296.014	296.014
Amortização acumulada	(189.943)	(180.076)
628- Amort. Treinamento profissional	(189.943)	(180.076)

Em 01/02/2013, a Companhia baixou para despesa, os valores registrados no subgrupo do ativo diferido.

10. Fornecedores de bens e serviços

Contas	2012	2011
Bens e serviços	925.859	701.195
Fatura cartão corporativo	-	412
Alimentação	861.045	511.334
Vale transporte parte empresa	2.280	-
Total	1.789.184	1.212.941

A contratação dos bens e serviços é evidenciada pela emissão da nota fiscal (competência ou oportunidade) sendo feitas as retenções legais para o cumprimento da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa da SRFB IN nº 1.234/12, e legislação supletiva no que tange ao INSS e ISS. Quanto ao vale transporte, parte empresa, são valores a serem descontados dos funcionários no momento da liquidação da folha de pagamento.

11. Obrigações sociais e assistenciais

As obrigações sociais e assistenciais referem-se à provisionamentos de férias e encargos sociais e a outras obrigações assistenciais decorrentes de benefícios a empregados, registrados por competência para a realização nos meses subsequentes ao do fato gerador.

Contas	2012	2011
Folhas a pagar	21.348	12.011
PDI a pagar	-	175.390
Provisão para férias e encargos	3.840.716	3.506.369
Assistência médica e odontológica - P. Física	103.316	78.745
Assistência médica e odontológica - P. Jurídica	631.855	445.660
Total	4.597.235	4.218.175

12. Obrigações fiscais e trabalhistas

Descrição das Obrigações	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
FGTS	285.530	-	266.322	-
INSS	877.925	-	732.790	-
Novo REFIS	3.187.924	8.243.909	3.187.918	9.041.516
PORTUS/RTSA	1.031.427	11.388.535	1.070.355	11.327.209
PASEP	133.765	-	165.636	-
COFINS	616.133	-	762.930	-
CSLL	-	-	16.000	-
FUNDAF	52.380	2.124.831	-	3.171.342
Totais	6.185.084	21.757.275	6.201.951	23.540.067

As obrigações fiscais e trabalhistas da CODESA são provisionadas com base no regime de competência e quitadas em meses seguintes ao do fato gerador.

As obrigações relativas ao REFIS, PORTUS e FUNDAF, contraídas em exercícios anteriores e reconhecidas em períodos subsequentes, apresentam saldo de curto e longo prazo, sendo todos os compromissos regularmente cumpridos.

A Companhia fez um levantamento do seu passivo tributário junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, tendo em vista que em 2007 foi excluída do REFIS, inclusive os débitos em atraso do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, aplicável a Receita Federal, para a adesão a Lei 11.941/09.

Em 30/06/2011 a Secretaria da Receita Federal do Brasil, homologou o pedido de adesão a Lei 11.941/09 e a CODESA, teve uma anistia fiscal no valor de: R\$ 21.993.767, sendo que parte desta reversão foi aproveitada do prejuízo fiscal acumulado na proporção de 30% conforme prevê a legislação em vigor. A dívida junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, preliminarmente levantado totalizou R\$ 12.229.434 em 31/12/2011 e foi parcelada em 90 meses, corrigidas pela SELIC e vem sendo paga regularmente pela Companhia.

As obrigações relacionadas ao PORTUS - Instituto de Seguridade Social, relativas à RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior, são corrigidas pela INPC-IBGE e pagas mensalmente, conforme contrato em vigor.

Quanto à dívida relativa ao FUNDAF, a CODESA fez um levantamento desde o ano de 2004 a 2009, que corresponde ao valor de R\$ 5.042.427 corrigido pela Selic. No momento da inclusão no Novo Refis, Lei 11.941/2009, e homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 30/06/2011, a Companhia solicitou a inclusão da dívida no parcelamento, não obtendo êxito. Porém foi adotado o procedimento com parecer jurídico para que fosse feitos recolhimentos das parcelas vincendas e baixando as parcelas vencidas há mais de cinco anos, baseado nos artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional. O saldo remanescente em 31/12/2012 é de R\$ 2.124.831.

13. Empréstimos e Financiamentos

Refere-se ao Contrato Particular de Cessão de Crédito nº 98.2.288.8.1, celebrado entre a CODESA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 23/06/1998, renegociado através do Aditivo nº 01 de 12/05/2006, com amortização do saldo devedor em 48 parcelas trimestrais e 144 mensais a partir de junho de 2006, reajustando pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, observando a sistemática prevista, acrescido de juros de 3% ao ano, tendo como garantia os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Arrendamento celebrado com o TVV - Terminal de Vila Velha S/A, para exploração dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba. O montante consolidado relativo ao empréstimo é demonstrado como segue:

Empréstimos	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	1.550.500	2.439.070	1.550.500	3.190.48

14. Adiantamentos de clientes/credores por depósitos caucionados

Contas	2012	2011
PSP adiantamento de clientes	1.119.211	2.150.538
Credores por depósitos caucionados	236.968	318.373
Total	1.356.179	2.468.911

Refere-se a pagamento exigidos, a título de adiantamento dos serviços portuários (PSP), aos seus clientes, antes da prestação do serviço pela CODESA. Credores por depósito caucionado referem-se a garantias exigidas pela CODESA aos seus clientes, a título de garantia, podendo ser em dinheiro ou escritural.

15. Depósitos contribuições e consignações a recolher

Contas	2012	2011
IRF - Imposto renda na fonte	547.728	458.616
Imposto sindical	2.352	2.265
BANESTES	550	550
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	1.153.764	875.519
Pensão alimentícia	2.478	12.249
Sindicato da guarda portuária	217	217
Sindicato dos portuários	3.230	33
PORTUS/ Contrib. empregados	98	-
INSS Retenção serv. prestados por terceiros	1.031.441	745.792
INSS Contrib. empregados	-	133.931
INSS Retenção autônomos	-	4.429
Empréstimos Banco do Brasil	49.004	-
Empréstimos Banestes	64.259	-
IPS - Inst. Prev. Serra	262	-
Total	2.855.383	2.233.601

Os valores consignados referem-se a retenções sobre pagamentos efetuados a terceiros e funcionários, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

16. Imposto sobre serviços de qualquer natureza-ISSQN

A CODESA repassa para seus clientes, no momento do faturamento, os valores relativos ao Imposto Sobre Serviços (ISS), que são transferidos para os municípios de origem. Esta prática é respaldada em contratos nos limites do Código Tributário Nacional (CTN) e não representa acréscimo patrimonial para a Companhia.

17. Arrendamentos e concessão de uso de áreas

Concessão de Direito Real de Uso, para instalação de Terminal Público de Uso Privativo Misto:

Arrendamentos	2012		2011		
	Contratos	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
1 - PETROBRAS		3.999.999	38.000.000	3.999.999	40.000.000
2 - BUAIZ S/A		70.528	205.707	70.529	276.236
3 - TECHINIP		2.072.726	1.963.637	-	-
Totais		6.143.253	40.169.344	4.070.528	40.276.236

a) Foi celebrado contrato com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, abrangendo o período de 02/10/2008 a 30/09/2033, visando atender ao PLANGAS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007, abaixo descrito:

O direito de USO DA INFRAESTRUTURA com remuneração no valor de R\$ 40.000.000, pago antecipadamente, não reembolsável em caso de denúncia contratual imotivada, por parte da PETROBRAS, foi contabilizado, em 2009, no Passivo Não Circulante, sendo reconhecido 1/300 mensalmente o valor de R\$ 133.333.

O direito de USO DA ÁREA concedida, com remuneração no valor de R\$ 10.000.000, pago antecipadamente, não reembolsável em caso de denúncia contratual imotivada, por parte da PETROBRAS, foi contabilizado, em 2009, no passivo não circulante, sendo reconhecido 1/300 mensalmente o valor de R\$ 33.333.

b) Acordo Judicial com as empresas Flexibras Tubos Flexíveis e Technip Brasil Engenharia Instalações Apoio Marítimo Ltda, relativo ao processo judicial de nº 2008.50.01.015653-2, em função da Tutela Antecipada proferida em 20 de novembro de 2009. Especificamente a prorrogação da vigência do contrato de arrendamento ocupado pelas empresas Flexibras e Technip que lograram êxito na época. O referido acordo abarca as seguintes condições: O pagamento a título de Down Payment (pagamento inicial) no valor de R\$ 4.800.000 sendo disponibilizado na conta corrente 30 dias a contar da data do acordo, no valor de R\$ 4.800.000 sendo amortizado em 48 meses no valor de R\$ 109.090, e reajustamento pelo Índice Geral de Preço - IGPM;

c) Acordo com a BUAIZ S/A, relativo à negociação do contrato 036/98, no valor de R\$ 352.641, dividido em 60 meses de R\$ 5.877, envolve uma Moega, sendo amortizado mensalmente com emissão de faturas para o parcelamento do referido contrato.

18. Obrigações provisionadas

As ações trabalhistas e cíveis da CODESA estão sendo discutidas na esfera administrativa e judicial, e quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas por relatórios técnicos da assessoria jurídica interna da Companhia e de seus consultores jurídicos contratados, que fazem o acompanhamento periódico dos processos. Conforme preconiza o CPC 25, que trata da provisão para contingências, a Companhia efetuou levantamento das ações cíveis e trabalhistas apresentando um relatório com a classificação do risco como provável registrado nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2012 foi ajustado o valor de R\$ 20.473.726, da conta de contingências registrado no passivo não circulante da seguinte forma: (i) Da conta de Depósitos e bloqueios judiciais trabalhistas e cíveis registrada no ativo não circulante foi ajustado o valor de R\$ 18.199.959 (ver Nota 8) e; (ii) da conta de contingências registrado no passivo não circulante, foi baixado em contrapartida do resultado do exercício o valor de R\$ 2.273.767 (contingências passivas R\$ 20.473.726 (-) bloqueios ativos R\$ 18.199.959), a título de reversão de provisão constituída em exercícios anteriores ao de 2012, de acordo com o parecer dos consultores jurídicos da Companhia. O valor de R\$ 18.623.562, classificado como perda remota, está sendo evidenciado nas notas explicativas, sem reflexo nas demonstrações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Descrição das Obrigações	2012		2011	
Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo anterior	22.779.789	36.532.323	4.149.579	12.580.113
Recebimento de alvarás	-	-	402.246	-
Baixas de alvarás	(135.111)	(36.726)	(605.107)	(337.527)
Provisão p/conting.trabalhistas	-	-	-	24.289.737
Prov. p/conting. cíveis (Transf. do curto para longo prazo)	(18.833.071)	18.833.071	-	-
Provisão p/ contingências cíveis	-	-	18.833.071	-
Aplicação do CPC 25	-	(20.473.726)	-	-
Totais	3.811.607	34.854.942	22.779.789	36.532.323

19. Outras obrigações

A conta contábil "Convênio SEP" é uma contrapartida de recebimentos da União a título de adiantamento para investimento em sinalização náutica. Os recursos são aplicados e corrigidos mensalmente pelo índice de aplicação financeira, para posterior aumento de capital.

O valor da conta "Outros Credores", classificadas no passivo não circulante refere-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram certidões e outros documentos hábeis, exigidos na prestação de serviços a empresas de economia mista e que estão sendo questionados judicialmente.

Outras Obrigações	2012	2011
Aplicações Convênio SEP - principal	2.357.417	2.000.000
Rendimentos	150.253	357.418
Sub Total	2.507.670	2.357.418
Outros Credores	100.367	-
Total	2.608.037	2.357.418

20. Capital social

Em cumprimento aos decretos presidenciais publicados no DOU em 27 de maio de 2010 e em 10 de julho 2011, a Assembleia Geral de Acionistas, em reunião extraordinária realizada em 23 de abril de 2012, homologou o aumento do Capital Social da CODESA, que passou de R\$ 164.192.676 para R\$ 240.055.161, correspondente a 1.745.328.191 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes a União conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	R\$	% Participação	Quant. ações
Governo União	234.860.408	99,45	1.735.793.118
Governo do Estado do Espírito Santo	5.194.242	0,55	9.535.012
RIOINVEST Cons. Emp. Part. Ltda.	511	0,00	61
Total	240.055.161	100,00	1.745.328.191

21. Reserva de Capital

No decorrer do exercício de 2012, foi investido pela União o montante de R\$ 56.568.131. Esse valor é atualizado pela SELIC, mantido para futuro aumento de capital em cumprimento a decretos presidenciais. Quanto ao Governo do Estado do Espírito Santo, não houve investimento no exercício, apenas a atualização pela Selic, cujo saldo remanescente após aumentos de capital, ficou em R\$ 937.846, totalizando o valor de R\$ 63.121.090. A atualização dos investimentos mais os saldos remanescentes atende ao Decreto nº. 2.673/98, que determina a atualização dos valores repassados destinados a aumento de capital.

22. Resultado do exercício

A CODESA apurou em 2012, um Lucro Líquido de R\$ 8.752.941. O prejuízo acumulado da Companhia em 31/12/2012 é de R\$ 85.466.048.

23. Plano de pensão/entidade fechada de previdência privada

A Companhia é uma das patrocinadoras do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar - SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A PREVIC é responsável pela fiscalização e supervisão das Entidades de Previdência Complementar - EPPC e seus respectivos planos de benefícios. Atendendo orientação da PREVIC no sentido de que fossem adotadas providências com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS, as patrocinadoras e o próprio PORTUS, em conjunto com as Entidades Representativas - Federação Nacional dos Portuários e União Nacional das Associações dos Participantes do PORTUS constituiu um grupo de trabalho paritário, para que fossem criadas ações no sentido de estabelecer metas para:

-Saldar o Atual Plano de Benefícios;
-Criação de um novo Plano de Benefícios para os participantes ativos;
-Reavaliação dos Investimentos; e
-Desenvolver um novo modelo de Gestão da Entidade PORTUS.
Em janeiro de 2005, foi firmado acordo entre a CODESA e o PORTUS, para pagamento da participação relativa à RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior, correspondente ao tempo de serviços prestados pelos empregados quando da adesão da CODESA ao plano de pensão, no montante de R\$ 11.349.728 (onze milhões, trezentos e quarenta e nove mil e setecentos e vinte e oito reais), dividido em 240 mensais e sucessivas, no valor de R\$ 80.279,24, corrigidas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE, acrescidas de juros de 6% ao ano, que pagou no exercício de 2012, a 94ª (nonagésima quarta) parcela, totalizando o valor de R\$ 1.388.716, e o ficando um saldo remanescente em 31/12/2012 de R\$ 12.428.841. No exercício de 2012, a Companhia contribuiu com uma importância de R\$ 2.043.376 e os participantes com a importância de R\$ 1.289.069. Em 2011 foram feitos levantamentos em conjunto com os técnicos do PORTUS e da CODESA, em função da Companhia não reconhecer a dívida apresentada pelo Instituto. Os cálculos refeitos mostraram uma dívida de R\$ 31 milhões, também não aceita pela CODESA, que apresentou o valor de R\$ 41.000, alegando a prescrição e decadência da dívida baseada nos artigos 173 e 174, do Código Tributário Nacional, que trata do direito a crédito retroativo a cinco anos, pois o PORTUS fez recálculo da dívida desde 1988, inclusive não considerando as negociações feitas entre as partes em períodos anteriores. A CODESA está tomando providências para contestar os cálculos apresentado pelo PORTUS, inclusive comunicou a discordância via ofício, e aguarda a contra argumentação daquele Instituto.

A CODESA, patrocinadora no Plano de Benefício Portus PBP1, em relação à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do déficit no montante de R\$ 108.890.169, em 31/12/2012 optou por não registrar nas Demonstrações Contábeis os valores apresentados pelo PORTUS conforme estabelece o CPC 33, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.
Em face da complexidade do PBP1, estudos mais detalhados serão desenvolvidos para o equacionamento atuarial do Plano, devendo sofrer variações nos valores, em virtude da revisão dos dados estatísticos da massa de participantes e de beneficiários, bem como da análise que está sendo processada quanto à parcela do Ativo Patrimonial do Plano.
Diante da situação econômico-financeira insuficiente do PORTUS, no sentido de preservação da liquidez e solvência do plano de benefício PBP1, o que levaria a iminente risco de inviabilizar o pagamento de benefícios previdenciários a milhares de participantes e assistidos, em 23 de agosto de 2011, decretada a intervenção no PORTUS em Plano de benefícios administrado, o PBP1, através da Portaria nº 459, da Diretoria Colegiada da PREVIC, publicado no DOU de 23 de agosto de 2011. O Processo de intervenção tem como objetivo principal propor a recuperação do PBP1, fiscalizar as ações da entidade, proteger e resguardar o direito de seus participantes e assistidos, com padrões mínimos de segurança econômico-financeira atuarial com os fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos benefícios concedidos. Foi registrado pelo PORTUS no exercício de 2012 do Plano PBP1, da CODESA, o déficit no valor de R\$ 108.890.169, relativo ao passivo atuarial e o total de dívidas no valor de R\$ 159.178.177.

Total	R\$ 159.178.177
Dívidas de Contribuições Normais	R\$ 37.627.887
Dívida de Contribuições Extraordinárias	R\$ 240.003
Dívida com Contribuições Contratadas	-
Reserva de Tempo de Serviço Anterior	R\$ 12.420.118
Deficit do Plano	R\$ 108.890.169

24. Maior e menor remuneração

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, a CODESA divulga a remuneração mensal dos seus empregados e dirigentes. Em 31 dezembro de 2012 a maior e a menor remuneração estava composta da seguinte forma:

Descrição	Maior R\$	Menor R\$
Diretores	22.304	20.074
Empregados	15.603	1.332

25. Eventos subsequentes

A CODESA pretende dar continuidade ao Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações - PROARI, sempre que julgar necessária a realização de licitação dessa natureza e após a realização de estudos que comprovem a legalidade, conveniência e viabilidade do negócio, estando em andamento às seguintes análises:

ÁREA/INSTALAÇÃO	PROCESSO	SITUAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
TERMINAL DE MALTE DE CAPUABA	MALTE E CEVADA	Concluída a inserção dos dados no sistema EVTE da ANTAQ e está em revisão.	ARQUIVADO PELA ANTAQ
BARRA DO RIACHO	OFF SHORE	Aguardando a aprovação do EVTEA e definição da destinação da área para a inserção no sistema EVTE da ANTAQ.	ESTUDOS CONTRATADOS
TERMINAIS DE GRANEIS LIQUIDOS	SODA CÁUSTICA	Concluída a inserção dos dados no sistema EVTE da ANTAQ.	REALIZADA A AUDIÊNCIA PÚBLICA PELA CODESA
CAIS DE PAUL	GRANÉIS SÓLIDOS	Concluída a inserção dos dados no sistema EVTE da ANTAQ.	EM ANÁLISE PELA ANTAQ
RETROÁREA DE CAPUABA - POLIMODAL	CONTEINER	Concluída a inserção dos dados no sistema EVTE da ANTAQ.	ARQUIVADO PELA ANTAQ
FLEXIBRAS/TECHNIP	TUBOS FLEXÍVEIS	Arrendamento da área encontra-se em litigio judicial, tendo sido entregue à ANTAQ um EVTEA, realizado pela empresa DTA Engenharia, para esclarecimento final, visto que trata-se de área industrial que não está prevista na modelagem da ANTAQ.	ESTUDOS CONTRATADOS
RETROÁREA DE CAPUABA	TUBOS FLEXÍVEIS	Iniciada a Inserção dos dados no Sistema EVTE da ANTAQ.	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PELA CODESA
TERMINAL DE CEREJAS DE CAPUABA - TCC	GRANÉIS AGRÍCOLAS	Iniciada a Inserção dos dados no Sistema EVTE da ANTAQ.	ESTUDOS CONTRATADOS
TERMINAL DE GRANÉIS LIQUIDOS DE SÃO TORQUATO	GRANÉIS LIQUIDOS	Iniciada a Inserção dos dados no Sistema EVTE da ANTAQ.	ESTUDOS CONTRATADOS

26. Demonstração do resultado abrangente

A entidade não apresentou em suas operações valores que pudessem ser evidenciados nas demonstrações contábeis, portanto não reconheceu quaisquer componentes de outros resultados ou resultados abrangente no período findo em 31/12/2012, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Vitória (ES) 31 de dezembro de 2012.

Clovis Lascosque - Diretor Presidente
Danilo Roger Marçal Queiroz - Diretor de Planejamento e Desenvolvimento
Hugo José Amboss Merçon de Lima - Diretor de Infraestrutura e Operações
Jolhiomar Massariol Nascimento* - Diretor de Administração e Finanças
Eli Batista de Araújo Pirola - Coordenação Contábil e Fiscal - Contadora - CRC/ES - 5764/0

*Desligou-se em 21/12/2012.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Srs. Conselheiros e Diretores,
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

a) Em 31/12/2012 consta divergência entre o saldo registrado no balancete de verificação e no relatório de controle de recebimentos administrado pelo Setor Financeiro, denominado "Relatório Contas a Receber - Títulos em Aberto Por Cliente". A conta clientes a receber apresenta saldo no balancete de verificação no montante de R\$ 6.307.847,58, enquanto o "Relatório Contas a Receber - Títulos em Aberto Por Cliente" apresenta saldo de R\$ 5.621.711,81.

b) A Companhia vem reconhecendo desde julho de 2012, na apuração do resultado do exercício, a despesa de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes. O valor da despesa com depreciação e amortização registrado contabilmente alcança o montante de R\$ 7.359.334

em 31 de dezembro de 2012. Entretanto, existem divergências entre os valores apurados no relatório de controle patrimonial denominado "Saldo de Conta Contábil por Bens - Patrimônio/Controle dos Bens" e os registros nas demonstrações contábeis, correspondentes a depreciação e amortização acumuladas, e por consequência seus respectivos reflexos no resultado. Em que pese os testes realizados nessas contas, não nos foi possível apurar o impacto dessas divergências sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

c) A conta fornecedores de bens e serviços apresenta saldo na contabilidade no valor de R\$1.789.184,06, enquanto o saldo do "Relatório Contas a Pagar - Títulos em Aberto por Fornecedor" totaliza o montante de R\$2.019.234,14. Em que pese os testes realizados nessas contas, não nos foi possível apurar o impacto dessas divergências sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 8 e 18, as demonstrações contábeis foram ajustadas em 31 de dezembro de 2012, mediante a transferência do saldo da conta de bloqueios judiciais registrada no ativo não circulante em contrapartida da conta de provisão para contingências passivas registradas no passivo não circulante. Esse ajuste, resultou numa sobre líquida positiva com reflexo na demonstração do resultado de R\$ 2.273.767, proveniente da diferença entre (contingências passivas R\$ 20.473.726 (-) bloqueios judiciais R\$ 18.199.959).

Outros assuntos:

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2012 que continham as seguintes ressalvas: (i) A Companhia não possui provisão para perdas de clientes; (ii) Os controles internos mantidos pela Companhia em relação aos depósitos judiciais e provisão para ações civis estão em análise pela CODESA, em virtude disso impossibilitou a realização de determinados procedimentos de auditoria, e consequentemente de opinar a respeito do saldo das contas; (iii) O Parecer do Atuarial contratado pelo PORTUS emitido em 24 de fevereiro de 2011, demonstra um passivo atuarial de R\$ 100.322.777,57 em 31/12/2010, sendo que a Companhia optou em não reconhecer na contabilidade e está tomando providências para contestar o cálculo apresentado pelo atuarial; (iv) A Companhia está em processo de adequação às Normas Internacionais; e (v) Não obtiveram respostas da circularização das instituições financeiras e dos assessores jurídicos, fato que limitou a aplicação dos procedimentos de auditoria.

Vitória - ES, 20 de março de 2013.

HM & Z CONSULTING - AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CRC-ES no. 002591/0
Lafaiete Jorge Siqueira Ferreira
Contador CRC-ES no. 11.213/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia, e suas respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, de emissão da empresa HM & Z CONSULTING, de 21 de março de 2013, é de opinião que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e econômico-financeira da CODESA, em 31 de dezembro de 2012, com as ressalvas constantes no título "Base para opinião com ressalva das demonstrações financeiras" do Relatório dos Auditores Independentes, os quais estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, 21 de março de 2013

FERNANDO ANTÔNIO CARVALHO BALDIOTTI Presidente
FLÁVIA FILIPPI GIANNETTI Conselheira
GEORGENOR CAVALCANTE PINTO Conselheiro
PAULO MATTOS JÚNIOR Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142 da Lei nº. 6.404/76, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e com base no Parecer dos Auditores Independentes, com abstenção do Conselheiro Clóvis Lascosque, Diretor Presidente da Companhia, resolve manifestar-se favoravelmente à aprovação dos mesmos, recomendando seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, 21 de março de 2013.

RAUL MOURA DE SÁ Presidente
ALINE DIEGUEZ BARREIRO DE MENESES SILVA Membro
SANDY ROBERTS JÚNIOR Membro
CLÓVIS LASCOSQUE Membro
RAULINO GONÇALVES FILHO Membro
GERALDO JULIANO JÚNIOR Membro